



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima.

No dia primeiro de setembro de dois mil e quinze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Geraldo Guedes – Presidente, André Luiz Vieira da Silva - Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. O Senhor Presidente: “gostaria de cumprimentar e agradecer a presença da Dra. Ivana que se encontra em nossas galerias, Promotora de Justiça de Nova Lima”. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia vinte e cinco de agosto, o ‘Em Tempo’ da Ata da Reunião Especial do dia vinte e sete de agosto, e a Ata da Reunião Solene do dia vinte e sete de agosto de dois mil e quinze foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão, a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. Prezados vereadores, Presidente, eu gostaria de agradecer a equipe de Comunicação da Câmara Municipal pelo belíssimo trabalho realizado na homenagem dos oitenta anos do Liceu Imaculada Conceição. Foi realmente nota dez para a equipe de Comunicação aqui da Câmara Municipal, foi uma festa lindíssima. Eu gostaria de agradecer também a mensagem que recebi do vereador Silvânio Aguiar justificando a sua ausência no evento, muito obrigada Silvânio. E gostaria de agradecer a participação efetiva do Vice-Presidente da Casa, André Vieira, que fez um trabalho maravilhoso, coordenou a reunião de maneira impar e terminou com um belo soneto do Rubem Alves. Obrigada, Vice-Presidente, pela sua participação.



Obrigada Presidente”. O Senhor Presidente: “quero dizer para a senhora que eu também mandei uma correspondência, eu tive uma reunião marcada anteriormente e eu não pude faltar”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “é, Senhor Presidente, realmente foi lida pelo Mestre de Cerimônia a mensagem do senhor. Eu não fiz referência porque ela foi lida na reunião. A do Silvânio Aguiar eu estou fazendo referência porque ele mandou através do meu celular justificando a ausência”. Em votação, o Plenário aprovou as duas Atas e o ‘Em Tempo’. O Senhor Presidente: “leitura de correspondências. Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura de denúncia recebida em desfavor do prefeito do município de Nova Lima, Cássio Magnani Júnior”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, questão de ordem. Essa denúncia poderia... A pauta é muito curta, ela poderia ficar para o final porque ela vai demorar, vai ter uma discussão, vai ter um debate que é mais do que natural no Plenário, ela podia ficar por último. Cumpra a pauta como está aqui conosco, que ela é tão rápida, não leva cinco minutos”. O Senhor Presidente: “eu estou cumprindo a pauta, primeiro tem que ser a leitura de correspondências”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “a denúncia não está na pauta, eu estou pedindo para cumprir a pauta, é só isso que eu estou pedindo”. O Senhor Presidente: “a denúncia está na correspondência, ela não está em pauta”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “ela não pode entrar em correspondência porque ela tem votação, correspondência não vota nada. Ela só pode entrar no final, na correspondência ela não pode”. O Senhor Presidente: “nós estamos colocando...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “pelo Regimento, ela não pode. Correspondência é bem claro, Senhor Presidente. Eu estou falando, já, já, eu lhe devolvo a palavra, o senhor me deu ela. Correspondências é para ler correspondência que vem lá do Antônio, do João, está aí para ler. Ela participa de votação, é uma coisa



séria, ela não pode entrar nesta parte. Ela pode entrar se o senhor consultar a Casa e passar por cima da pauta, eu concordo, o senhor pode consultar a Casa, se a Casa achar que deve”. O Senhor Presidente: “agora, eu estou com a palavra”. O vereador Nélcio Aurélio de Souza: “perfeitamente, estou devolvendo a palavra à Sua Excelência”. O Senhor Presidente: “a denúncia está na pauta no momento da correspondência, será lida”. O Senhor Secretário iniciou a leitura da correspondência recebida: “Ao Senhor Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nova Lima...”. O vereador Nélcio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, questão de ordem. É questão de ordem. Senhor Presidente, eu não incomodo com vaia porque eu trabalho para a cidade de Nova Lima”. O Senhor Presidente: “eu também”. O vereador Nélcio Aurélio de Souza: “então, o senhor trabalha, mas o senhor está desrespeitando o Regimento”. O Senhor Presidente: “não estou desrespeitando”. O vereador Nélcio Aurélio de Souza: “eu quero que conste na Ata e na fita que o senhor não está cumprindo o Regimento da Casa há muito tempo. E que conste que essa... está sendo lida, está sendo... O senhor me deu a palavra. E o senhor é obrigado a manter o Plenário com disciplina e com respeito. O senhor tem que cumprir o Regimento que o senhor não tem cumprido”. O Senhor Presidente: “eu pediria silêncio. Eu gostaria de dizer que nós temos os advogados aqui na Câmara, eu não estou descumprindo em momento algum o Regimento Interno. Apesar que o senhor, todas as reuniões, o senhor levanta coisas contra o Presidente para tentar tumultuar a reunião. Pode ler. Eu pediria silêncio”. O Senhor Secretário continuou a leitura da correspondência recebida: “Ao Senhor Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nova Lima. Jeferson Antônio Galdino, brasileiro, solteiro, desempregado, CI MG14767760, CPF 075828726-73, morador da Rua Professor Anésio de Matos, 35, Bairro Vila São Luís, Nova Lima, Minas Gerais, 34.000-000, vem



apresentar denúncia nos termos do artigo 4º, incisos VII e VIII do Decreto Lei nº 201/67 contra o Senhor Prefeito Municipal de Nova Lima, Cássio Magnani Júnior. O Senhor Prefeito Municipal de Nova Lima no uso das suas atribuições vem agindo com negligência e omissão na sua gestão, ocasionando grave prejuízo à economia do Município, culminando com a crise financeira pela qual nossa cidade vem atravessando. A gota d'água foi a expedição do último Decreto nº 6.638/2015, que exonerou dentre outros mais de 121 (cento e vinte e um) servidores concursados em estágio probatório. Não há nenhuma perspectiva de melhora da situação econômica da nossa cidade, pelo contrário, a tendência é a piora da crise, prejudicando os serviços públicos, o emprego, os servidores públicos, a circulação de bens e serviços, o patrimônio público. Portanto, deve o Senhor Prefeito Municipal ter o seu mandato cassado em decorrência das infrações político-administrativas narradas abaixo, para puni-lo pelas práticas apresentadas abaixo e para evitar maiores danos à nossa cidade. Seguem as irregularidades praticadas pelo Senhor Prefeito ao longo do seu mandato:

1- Orçamentos incompatíveis com a Arrecadação. Em 2013 o Senhor Prefeito enviou juntamente com o Orçamento a previsão de arrecadação de aproximadamente 720 milhões de reais. Mas na prática o Município arrecadou cerca de 523 milhões. Em 2014, o Senhor Prefeito enviou juntamente com Orçamento a previsão de arrecadação de aproximadamente 600 milhões de reais, sendo que, na realidade, até maio, a arrecadação foi de apenas de 206 milhões de reais (valor aproximado), demonstrando que na melhor das hipóteses, este ano a arrecadação chegará no máximo a 470 milhões. Analisando as contas da administração anterior, percebemos que em 2011 o Prefeito anterior enviou o Orçamento com previsão de arrecadação de cerca de 360 milhões para o ano subsequente, sendo que na prática foi arrecadado por volta de 460 milhões de reais. Em



2012, da mesma forma, a previsão de arrecadação para 2013 foi de aproximadamente 445 milhões de reais, sendo que foi arrecadado quase 660 milhões. Disso a gente observa que enquanto um prefeito fez uma previsão correta e segura da arrecadação, limitando sua projeção de gastos a um orçamento real, que poderia ser realizado, o Senhor Cassinho agiu de forma completamente negligente com as contas públicas, prevendo um Orçamento muito além daquilo que o Município poderia realmente arrecadar. Isso é muito grave, pois o Prefeito tinha uma equipe econômica qualificada para fazer com segurança uma estimativa de arrecadação real, mas o Prefeito cometeu um grande erro ao prever uma arrecadação inexecutável e o mais grave repetiu o erro em 2014/2015. Afora esta grave negligência com as contas públicas, o Senhor prefeito ainda cometeu uma série de outras irregularidades conforme está apresentado adiante.

2- Aluguel da antiga ACM. No ano de 2014, a Prefeitura pagou, sob a autorização do Senhor Prefeito, aluguel da antiga sede da Associação Cristã de Moços (ACM), localizada na Avenida Lauro Magalhães Santeiro, Cristais, Nova Lima, para o funcionamento do que viria a ser o Centro de Referência da Terceira Idade. O valor pago foi de 20 mil reais/mês, sendo que o imóvel foi alugado por nove meses, totalizando 180 mil reais jogados no lixo. O Centro de Referência nunca abriu e jamais funcionou lá. A Prefeitura parou de pagar o aluguel e o Município viu quase 200 mil reais indo pelo ralo no ano de 2014. Este fato é muito grave porque demonstra claramente a omissão e a negligência do Senhor Prefeito com o patrimônio público, pois gastou uma enorme quantia de dinheiro para pagar um aluguel de um espaço que nunca foi utilizado. O Senhor Prefeito deveria ter a responsabilidade de autorizar o aluguel apenas quando houvesse dinheiro e previsão de instalação, evitando gastos com aluguéis inúteis. Este aluguel da ACM é apenas um dos vários imóveis que podem estar



em situação semelhante. 3- Repasses sem prestação de contas. Durante a administração do Senhor Cassio Magnani, o Município sempre repassou dinheiro para as diversas instituições, sem exigir nenhuma prestação de contas. No último ano, por exemplo, o Município repassou para o Vila Nova (2 milhões e 600 mil), Hospital Nossa Senhora de Lourdes (aproximadamente 14 milhões e 300 mil), FAENOL (aproximadamente 4 milhões e 900 mil), Casa Rosal (aproximadamente 410 mil), Lar dos Idosos (aproximadamente 721 mil). Tudo isso sem a devida prestação de contas. Ademais, além dessas instituições não terem prestado contas, o Município, mesmo assim, renovou os repasses, mesmo sem verificar a regularidade do dinheiro público empreendido nestas instituições. 4- Concurso Público para a Guarda Municipal cancelado. O Município gastou uma fortuna com realização de concurso pra Guarda Municipal de Nova Lima realizado pela Fumarc (aproximadamente 115 mil reais), sendo que o referido concurso foi cancelado por falta de verba. A gravidade nesta denúncia reside no fato de o Senhor Prefeito ter autorizado a realização de concurso público para provimentos de muitos cargos públicos sem a menor previsão orçamentária e sem o menor planejamento para tanto. Tamanha a desorganização resultou na anulação do concurso, prejudicando a preparação e frustrando o sonho de milhares de candidatos e, acima de tudo, gerando mais prejuízo para o Município. 5 - Contratação de Servidores em Análise de Impacto Orçamentário. O Senhor Prefeito convocou, entre 2013 e 2014, 421 (quatrocentos e vinte e um) novos servidores concursados (todos atualmente em estágio probatório), e 66 (sessenta e seis) servidores temporários. Além disso, centenas de servidores comissionados foram contratados. Tudo isso foi feito pelo Senhor Prefeito sem previsão de receita, contando com uma arrecadação impossível de se concretizar, razão pela qual mais de cem deles tiveram que ser exonerado pelo decreto expedido na



última sexta-feira. 6- Servidores. O Senhor Prefeito vem tomando uma série de atitudes contrárias ao dispositivo expresso na lei e na Constituição. No final do ano passado (2014) cortou gratificação de produtividade dos fiscais mediante decreto, deixando de observar o que determina a Constituição, que determina que deveria ser feito projeto de lei para tanto. Neste ano, o Senhor Prefeito impediu que os servidores tirassem férias, ocasionando problemas futuros para a administração pública, pois, se os servidores tirarem férias no último mês do período concessivo, vai gerar um impacto grande para a folha de pagamento e deixará setores sem servidores para atender a população. Além disso, se as férias não forem concedidas no período concessivo, o Município deverá pagá-las em dobro, gerando ainda mais prejuízo para as contas municipais. Não bastasse tudo isso, constatamos que há vários servidores da Prefeitura cedidos para outros órgãos, como o Fórum de Justiça, com o salário pago pela Prefeitura. Em contrapartida, conforme se observa do artigo 2º do Decreto nº 6.638/2015, há servidores de outros órgãos trabalhando na Prefeitura e com salário pago pelo Município de Nova Lima. Ora, isso é um completo absurdo, pois quando o Município empresta, ele paga o salário e quando ele pede emprestado ele também paga? Por isso as contas públicas estão deste jeito, por completa negligência desta administração com o que se passa dentro da Prefeitura. 7- Nepotismo. Todos sabem que parentes de prefeitos, vereadores e secretários não podem trabalhar no seu respectivo órgão, sob pena de ser configurado nepotismo. Contudo, na Prefeitura de Nova Lima, o Senhor Prefeito emprega a sua filha Mariana em um cargo comissionado na Controladoria do Município. Além disso, vários parentes de até terceiro grau do prefeito e de secretários foram contratados pela Prefeitura em desrespeito à lei e configurando até incompatível com a dignidade e o decoro do cargo de Prefeito Municipal. Portanto Senhor Presidente e Digníssimos



Vereadores, por tudo o que foi narrado até agora, demonstra-se a urgência da abertura de processos de investigação contra o Senhor Prefeito em relação às infrações político-administrativas acima narradas. Com estas práticas, dentre outras que poderão surgir durante as investigações, demonstramos claramente que o Senhor Prefeito foi negligente e omissor na defesa das rendas e do patrimônio público, praticou, contra expressa disposição da lei, ato de sua competência e procedeu de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo, preenchendo os requisitos necessários para a cassação do mandato pela Câmara, nos termos do artigo 4º, VIII, XIX e X do Decreto-Lei nº 201 de 1967. Deverá portanto ser recebida esta denúncia, a qual deverá ser investigada pela Comissão Processante, tudo nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 201 de 1967. Ao final da investigação, o povo de Nova Lima espera que depois de provadas todas as denúncias, a Câmara promova o impeachment do Senhor Prefeito para se reestabelecer o equilíbrio, a lógica, a moralidade, a organização e a responsabilidade com a coisa pública. Requeremos que durante as investigações sejam produzidas todas as provas necessárias para apurar todos os itens desta denúncia, solicitando informações ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, à Controladora do Município, à própria Câmara Municipal e a qualquer outro órgão de fiscalização e controle. Requeremos solicitar ainda: - cópias de todas as prestações de contas de todas as entidades que receberam subvenção em 2013 e 2014; - cópia de todos os contratos de aluguéis firmados com a Prefeitura, com respectiva destinação, especialmente da ACM; - relatório com todos os pagamentos desde 01/01/2013 até a data atual, constando (ano, data do pagamento, valor de retenção, valor da fonte de recursos, valor líquido, nome do credor e tipo de pagamento); - análises realizadas para previsão das receitas incluídas nos orçamentos. Confiante no recebimento da denúncia aqui apresentada, renovamos



nossos votos de esperança ao Poder Legislativo, em defesa do nosso município. Nova Lima, 1º de setembro de 2015, Jeferson Antônio Galdino”. O Senhor Presidente: “senhores vereadores, o que trata a denúncia apresentada pelo cidadão, demanda a necessidade de apuração. Portanto, consulto o Plenário sobre o recebimento da denúncia destinado a apurar o conteúdo da mesma”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente. Senhor Presidente, essa denúncia aí, vários fatos narrados nessa denúncia eu já citei aqui em plenário, inclusive a questão do aluguel, do Orçamento. Agora, há de se fazer uma mea-culpa aqui porque quando se fala de Orçamento aí a Casa votou o Orçamento, então, ela é tão culpada quanto o prefeito, que fique bem claro isso. É complicado porque se tiverem tentando fazer algum jogo político, eu só vou deixar avisado aqui: não conte comigo, tá bom? É só isso. A maioria aqui das denúncias aí já foi discutida aqui em plenário várias vezes”. O Senhor Presidente: “os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu não concordo não, tá?”. O Senhor Presidente: “os vereadores que concordam permaneçam como estão”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu também não concordo”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “aprovado, dez votos”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “Senhor Presidente”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não, eu não concordo”. O Senhor Presidente: “vocês permaneceram sentados. Os vereadores que concordam permaneçam como estão”. O vereador Nélcio Aurélio de Souza: “questão de ordem. O senhor não pode pôr a votação antes de ela falar”. O Senhor Presidente: “o senhor tem que pedir autorização para o senhor pronunciar”. O vereador Nélcio Aurélio de Souza: “ela está pedindo, eu estou vendo lá”. O Senhor Presidente: “o senhor tem que pedir autorização ao Presidente para



pronunciar”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O vereador Gilson Antônio Marques: “Senhor presidente, eu pedi questão de ordem”. O Senhor Presidente: “infelizmente, aqui na Casa exige-se muito. Então, eu tenho que... O vereador tem que prestar atenção. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Permaneceram. Obrigação é levantar”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “sempre... eu vou dar o senhor a palavra”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu também pedi questão de ordem, Senhor presidente”. O Senhor Presidente: “eu sou democrático, vou dar questão de ordem para todos que quiserem. Eu quero dizer que o vereador tem que prestar atenção, que sempre foi colocado aqui na Câmara desta maneira. Questão de ordem ao vereador André Vieira”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “Senhor Presidente, primeiro lugar, que várias vezes eu já manifestei meu voto aqui sem ter que levantar, apenas falando. Eu entendo que a minha fala afirmando que eu sou contra é o suficiente. Isso daí é de uma ignorância que não tem tamanho. Segundo lugar, eu quero justificar porque que eu sou contra. Existe nessa Casa... Eu gostaria que o senhor pedisse ordem, tá Senhor Presidente, todas as vezes que houvesse manifestação. Existe nessa Casa... Eu gostaria que o senhor pedisse ordem, tá Senhor Presidente? Existe nessa Casa uma CPI instaurada da qual inclusive eu era o Presidente, fui tirado pelo atual Presidente da Câmara da presidência da CPI, que tem a finalidade de investigar os erros cometidos no Executivo. Vários desses erros que eu aponte. E essa Comissão está em boas mãos, eu entendo, na presidência do vereador Flávio de Almeida junto com Leci Alves Campos e Alessandro Coxinha, e tem a total liberdade para investigar a



fundo várias dessas denúncias que estão aí. Porque a CPI já está instaurada, tá em andamento, tá ouvindo e tá falando de coisas até mais graves, que são desvios de milhões e todo mundo sabe disso. Nada do que foi falado aqui é novidade. O que eu não vou fazer, isso daí você pode ter certeza, é palanque para ninguém. Isso daí você não precisa ter dúvida não. Eu só estou justificando o meu voto, tá Senhor Presidente? E eu quero dizer que eu discordo completamente da sua posição, o senhor acabou de infringir o Regimento Interno porque o meu voto... O voto nesta Casa... Nós vamos voltar... A reunião tem sido gravada ultimamente e se nós voltarmos a fita o senhor vai verificar que por diversas vezes o voto foi manifesto. Eu já votei várias vezes levantando a mão, já votei várias vezes falando que eu era contra e esporadicamente quando é solicitado, aí é que se vota levantando ou ficando sentado. Então, o senhor cometeu um equívoco muito grande aqui. Esse voto nunca foi dez a zero, o senhor está enganado”. O Senhor Presidente: “como eu sou democrático, eu acho que foi legal, mas eu vou voltar atrás. Os vereadores que concordam permaneçam como estão”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu não concordo, olha, estou mexendo o meu braço, olha”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu também não concordo”. O Senhor Presidente: “oito votos favoráveis e dois votos contra”. O vereador Nélcio Aurélio de Souza: “não tem jeito de trabalhar aqui não, não tem jeito”. O vereador Gilson Antônio Marques: “olha, sete votos”. O Senhor Presidente: “o senhor votou contra?”. O vereador Gilson Antônio Marques: “contra e quero justificar o voto”. O Senhor Presidente: “sete votos a favor e três contra. Aprovado”. O vereador Gilson Antônio Marques: “Senhor Presidente, questão de ordem, eu quero justificar o meu voto”. O Senhor Presidente: “vou dar para o senhor a palavra, senhor vereador. Eu quero relatar aqui que foram sete votos a três. E vou fazer um pequeno relato que eu, como Presidente desta Casa, já participei de seis



CPI's, eu acho, isso é opinião própria minha, que deveria ser dez a zero pela gravidade do que está sendo denunciado aqui. Com a palavra o vereador Gilson Marques". O vereador Gilson Antônio Marques: "boa noite nobres colegas, boa noite público presente. Eu quero justificar o meu voto, eu estou votando contra não é a denúncia, é contra o procedimento. Pegando uma parte ali da fala do Pastor André, eu acho que essa denúncia tem que englobar todo mundo então porque tem Vila Nova, quem votou para ele dar o dinheiro para o Villa Nova? Esta Casa. Certo?". O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: "eu e você não". O vereador Gilson Antônio Marques: "é. Mas esta Casa votou. Eu, por sorte minha, muito bem lembrado, eu nem me lembro que eu não tinha votado, mas esta Casa votou. Ele deu dinheiro para o Villa Nova com a anuência desta Casa. Errado. Me lembro que no dia eu ainda fiz uma discussão que todo mundo diz que não concorda, mas na hora vota. Sabe? Então, várias dessas denúncias, como disse o vereador André, estão já na mão do vereador Flávio, a ser apurado, já está sendo apurado. Eu disse aqui semana passada que é um dos homens mais sérios que eu conheço, duvido muito que essa denúncia termine em pizza, duvido muito, mas eu acho que a nossa... Eu acho não, eu tenho absoluta certeza também o Orçamento, nós votamos o Orçamento, questionamos, ele justificou, a gente engoliu a justificativa dele, então nós temos o erro tanto quanto o dele. Então, tem que apurar é todo mundo. Todo mundo, não é só ele não. A Vice-Prefeita está todo dia lá dentro do gabinete dele. Será que ela não sabe das coisas? Nunca manifestou? Será? Por que ela nunca se manifestou? Por que estava dando certo? E agora está errado por que tem um jogo político? Vamos julgar as coisas sim gente, vamos pôr a cidade no eixo porque ela tá precisando e é com urgência, mas não com a política, com a consciência, com a coisa certa. É por isso que eu estou votando contra". O vereador Nélio Aurélio de Souza: "questão de ordem. O



vereador André foi bem demais. O voto é soberano, é dele, eu não vou discutir o voto, mas nos comentários lá atrás ele foi perfeito. Para mim tudo o que for investigar, eu voto. Se a Casa diz que precisa de investigar hoje, inclusive o meu mandato de quatro anos, eu assino agora. Destripa as contas aí. Mas vamos investigar este também, este que está sendo executado agora. Então tá tudo certo, vamos investigar o prefeito. Eu não levantei, concordo plenamente. Vamos investigar a fundo, mas vamos investigar a chapa, a Vice também. Põe o que o Silvânio leu e inclui a Vice para nós votarmos em plenário, para nós votarmos aqui. Nós vamos... Eu estou lhe pedindo que ponha a Vice na mesma discussão porque nós vamos investigar tudo. Se for preciso até a Casa. Vamos pra fundo. O meu mandato está aberto, tem quatro anos que eu estou nesta Casa. Pode arrumar auditoria, como já arrumaram, me enviaram e não acharam nada, mas arruma de novo. Mas nós vamos investigar de janeiro até agora também esta Casa. E eu estou propondo à Sua Excelência que faça a mesma leitura só troque o nome, a Vice-Prefeita ela entra também na investigação”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu concordo com as palavras do vereador André Vieira e concordo com as palavras do vereador Nélio Aurélio. Se a gente tem quem investigar, é a chapa. Ela foi eleita, a chapa. Não foi só Cassio Magnani que foi eleito não foi, foi eleita a chapa”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “é a administração inteira”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Cássio Magnani e Fátima Aguiar, PMDB e PT. Que se investigue tudo”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, senhores vereadores, público que nos acompanha de casa, público das galerias. Senhor Presidente, eu como líder do partido do PT na Câmara, eu... A denúncia aqui ela é muito clara, a denúncia é muito clara, o objeto da denúncia é muito claro. Eu penso que se algum vereador quer que investigue a Vice, que nunca foi



ordenadora de despesas no gabinete dela, que ele o faça aqui agora, eu acho que à denúncia a Casa está aberta e se a denúncia for acolhida pelo Plenário, que se faça a investigação também da Vice-Prefeita. Não vejo problema nenhum. Eu acho que eu posso deixar aqui isso até como um encaminhamento. Quer investigar a Vice, investiga a Vice, mas que se passe pelo fórum legal porque a denúncia do Jeferson aqui ela é muito clara. Então, que se faça o procedimento correto. Muito obrigado, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “continua em discussão, com a palavra o vereador Flávio de Almeida”. O vereador Flávio de Almeida: “é só uma explicação, Senhor Presidente, sobre aquilo que a gente tem culpa e aquilo que não tem. Eu, por exemplo, fui eleito para o Poder Legislativo e eu não sou ordenador de despesas. Então, quando dizem assim que esta Casa tem culpa, eu fico pensando aonde tem culpa. Momento nenhum eu fui ordenador de despesas, eu não tenho a caneta do Executivo na mão. A gente vota aquilo que a gente acredita que está correto. Eles fazem um levantamento daquilo que vai entrar nos cofres públicos e enviam para esta Casa e nós acreditamos nisso, como o povo acredita. Então, a gente vota permitindo isso e acreditando nisso. Então, todo momento se ouve aqui culpa, culpa, culpa, já que ouvimos tanto a palavra culpa que se investigue como nós estamos fazendo com a CPI. Mais uma denúncia, investigue mais uma denúncia. Chegou amanhã mais uma... Porque a CPI ela tem o objeto próprio. Não pode, por exemplo, toda denúncia que chegar na Casa, enviar para a CPI. Não, ela tem o objeto próprio, onde nós estamos fazendo um trabalho correto e estamos ficando aqui a semana inteira fazendo um trabalho, trabalhando de verdade. O que não pode se dizer, porque o povo está aqui hoje, a Câmara também tem culpa. Aí fica muito ruim, porquê? Porque não é este propósito que a gente está aqui. Nós temos que legislar, fiscalizar e, se for preciso, julgar. É por isso que existe esta denúncia nesta



Casa. Então, quando eu voto, eu voto numa denúncia independente do Prefeito ou do partido que lá está. A gente quando senta nesta cadeira, você senta aqui, você representa um partido, mas quando chega uma denúncia, vereador Silvânio, nós temos que... Tem a Vice lá que é do PT, maravilha. A vida é assim mesmo. Se tem uma denúncia, você vai investigar o executivo e depois você vai apontar onde está o erro. Quem é ordenador de despesas? Quem assina? É isso. Se a Vice também tiver assinado em algum momento... Gente, a vida é assim mesmo. Que se puna o partido, que se puna a pessoa. O que não pode é punir todo mundo, o mesmo barco, que isso? Senão a vida pública da gente se torna uma bagunça. Eu, graças ao bom Deus, enquanto eu estive aqui, eu sempre votei com aquilo que eu acredito e sempre votei com a verdade, nem sempre a gente acerta, mas eu sempre procurei isso. Em alguns momentos, não é vereador Silvânio, a gente até discorda. Discordamos politicamente e partidariamente, mas eu sento aqui eu voto com a minha consciência. Eu não vou carregar a culpa daquilo que eu não ordeno e daquilo que não tenho a caneta. Eu tenho que ser punido pelas minhas ações enquanto vereador e enquanto legislador. Obrigado, Presidente”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Eu sou obrigado a discordar mais uma vez da inocência desta Casa, baseado num simples fato: para que existem as Comissões desta Casa?. Salvo engano e me corrijam se eu estiver errado, para analisar todo e qualquer projeto que entra nesta Casa de acordo com a competência de cada Comissão. Como que você vota um negócio e acreditando que você está no prefeito. Você vota acreditando que está certo sim. E quando você vota e ele fez errado, dentro do voto que você deu, você é culpado sim”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “o senhor me concede uma parte vereador?”. O vereador Gilson Antônio Marques: “toda hora”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “o senhor falou exatamente a respeito do que eu ia



falar. Aonde que entra, e que fique bem claro, eu comecei falando que eu mesmo fui o responsável por denunciar caso o... Principalmente o fato do caso da ACM, como o Orçamento fantasioso de 720 milhões. Eu fui vaiado aqui porque eu era contra, todo mundo sabe disso. O acordo coletivo também, eu fui vaiado aqui porque eu era contra. Então, eu fico muito bem à vontade e muito tranquilo para poder falar acerca desse assunto porque eu assumi no início dessa Legislatura da nova Presidência aqui, eu assumi a Presidência da Comissão de Orçamento da Casa e a minha providência qual foi? Primeiro...”. O Senhor Presidente: “vou pedir ao vereador para falar na pauta. É tão cobrado aqui, o senhor está falando de outro assunto”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “se isso não é na pauta, eu não sei mais o que é na pauta não”. O Senhor Presidente: “é lógico que não está”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “uai, agora eu não entendi mais nada não. Eu estou falando da denúncia do...”. O Senhor Presidente: “não. O senhor não está falando da denúncia, o senhor está falando de outros problemas lá de trás. Vamos colocar...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu estou falando acerca... Nós estamos discutindo...”. O Senhor Presidente: “vamos colocar os assuntos da pauta”. O vereador Gilson Antônio Marques: “vereador, eu estou com a palavra e cedi ao senhor um aparte, o senhor me devolve a palavra?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “devolvo”. O vereador Gilson Antônio Marques: “está dentro da pauta, Senhor Presidente, nós estamos discutindo denúncia, justificando o porquê que a Câmara tem culpa. Nós estamos justificando o que significa as Comissões, que ultimamente, há bem tempos até, tem servido nesta Casa até de brincadeira porque tudo o que passa aqui pede dispensa de interstício, dispensa de participação de Comissões e depois fala que não sabe o que votou. Se tivesse levando as Comissões a sério para a finalidade que elas foram criadas, saberiam sim o que estão votando. Então, o vereador,



com todo respeito à Vossa Excelência, ele está falando dentro da pauta. Muito obrigado”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu vou fazer uns esclarecimento aqui. O senhor mesmo cansou de pedir dispensa de interstício aí”. O vereador Gilson Antônio Marques: “sem dúvida nenhuma, eu não estou me eximindo de responsabilidade nenhuma aqui não”. O Senhor Presidente: “eu estou com a palavra, vereador, eu estou com a palavra. Quando o senhor falou, eu ouvi. Eu quero dizer que... Aqui eu vou falar como o vereador, Presidente da Câmara, eu quero dizer que estão tentando colocar, alguns vereadores, colocar culpa na Câmara. A Câmara não tem culpa dos desmandos desse atual prefeito. Estão tentando colocar a Câmara como responsável de partes desses desmandos, principalmente das coisas que foram lidas aqui. O prefeito errou, errou feio. E quero dizer que se alguém quer denunciar a Vice-Prefeita que faça por escrito durante a semana, que é o correto. Então, a denúncia aqui do senhor Jeferson está denunciando o prefeito. Então, cada vereador vai pedir nessa denúncia aqui, citar dez nomes, vinte nomes? Não. A denúncia é sobre o prefeito. Que faça por escrito”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “Senhor Presidente, questão de ordem”. O vereador Nélcio Aurélio de Souza: “questão de ordem”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu pedi questão de ordem”. O Senhor Presidente: “eu não terminei”. O vereador Nélcio Aurélio de Souza: “questão de ordem”. O Senhor Presidente: “calma que eu vou dar a palavra para vocês. Eu posso ficar até de madrugada, eu não tenho preguiça, eu não tenho pressa de terminar a reunião”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu pedi questão de ordem primeiro, estou só avisando”. O Senhor Presidente: “calma, eu estou com a palavra. Eu quero dizer que os vereadores têm que colaborar



principalmente para não tumultuar as reuniões. Então, ficam falando muito aqui em democracia... Democracia para quem interessa porque nesta Câmara ela foi atropelada quando prosseguiram com uma reunião sem quórum. No mundo nunca teve isso. Isso que é infringir o Regimento”. O vereador Nélcio Aurélio de Souza: “o senhor está fora da pauta, o senhor fala tanto em pauta”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Leci Campos. Pediu primeiro que o senhor”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu pedi primeiro”. O Senhor Presidente: “o Leci pediu primeiro que o senhor”. O vereador Nélcio Aurélio de Souza: “é difícil demais”. O Senhor Presidente: “calma vereador, eu já disse que todos vão...”. O vereador Leci Alves Campos: “cumprimento a Mesa Diretora, os demais vereadores e cumprimento o público presente, através da Doutora Ivana, que nos está dando a honra de estar participando hoje, assistindo a nossa reunião. Tenham todos boa noite. Bom, Senhor Presidente, com relação a esta denúncia que foi lida aqui na reunião eu penso o seguinte, voltando uns dias atrás, a gente criou a Comissão Parlamentar de Inquérito da qual faz parte o vereador Flávio, eu e o vereador Alessandro. Estamos fazendo um trabalho sério, um trabalho correto, estão acontecendo as oitivas às quartas feiras, temos tido um público que está assistindo, estamos interrogando todas as pessoas envolvidas, quer dizer, estamos cumprindo o nosso papel de fiscalizador. E esta denúncia também vamos fazer da mesma forma. Vamos fiscalizar, vamos verificar e depois vamos fazer um relatório e dar o resultado. Eu acho que é isso que todos esperam. Se ninguém tem culpa, ninguém vai ser punido, mas se tem culpa vai ser punido. Então, a Comissão está aí é para isso. Então, eu entendo que não adianta ficar justificando que é a favor ou contra. Cada um tem o seu voto pessoal, não tem problema nenhum. Eu falo pelo meu voto, eu sou à favor da fiscalização. Muito obrigado”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor



Presidente”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador André Vieira. Eu pediria silêncio porque aqui é uma Casa de debate e eu sou democrático, vou dar a palavra para todos”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “antes de mais nada, independente de pauta ou não, eu quero dizer que na questão de ordem eu posso falar sobre qualquer assunto tá? Só para deixar bem claro. É... Estou falando para o Presidente para ele não me cortar, tá? Deixa eu só explicar uma coisa aqui, parece até que a gente tá falando alguma coisa absurda. Eu não estou defendendo o prefeito, mais uma vez eu digo, eu fui o responsável por denunciar os erros, vários desses erros denunciados aí. Só que muita coisa que está denunciada ali já é papel natural da Câmara fiscalizar. Como eu estava falando no momento em que o vereador Gilson Marques me deu a palavra, eu como Presidente da Comissão de Orçamento, o que eu fiz, vereador Nélio? Eu fiz o Executivo cumprir com o que eu achava que era certo. Todas as vezes aqui passou Orçamento... Primeiro, eu obriguei a prestar conta do quadrimestre, então foi aí que eu tive o raio x porque eu obriguei, o Executivo veio aqui em audiência pública, foi anunciado e tudo, e trouxe a real situação do Município porque é papel da Comissão. E, como Presidente da Comissão de Orçamento, Comissão Permanente desta Casa, eu fiz valer a lei e eles tiveram que cumprir. Então, quando o vereador cumpre seu papel, ele tem o papel sim de fiscalizar o Poder executivo. Quando acontece o desmando é porque o vereador não está fazendo o papel dele. Eu entendo dessa forma. Eu respeito a opinião de todo mundo, lógico que aqui é uma Casa, é um colegiado e é sempre a maioria. Democracia é o poder da maioria, não tem jeito, isso é fato da democracia. E esta Casa aqui se trabalha dessa forma. Então, muitas das vezes eu fui sozinho aqui até gritando contra os desmandos dessa administração. Agora, em relação ao Orçamento, só a título de exemplo, em relação ao Orçamento, também veio esse ano já um Orçamento fictício de



560 milhões. Então, eu apresentei para os vereadores, usei os dados que o próprio Poder Executivo enviou para essa Casa e a gente reduziu o Orçamento em 440 milhões, quer dizer, o erro cometido no passado não passou dessa vez. Eu fiz valer o meu poder de Presidente da Comissão de Orçamento. Então, é exatamente o que o senhor estava falando, as Comissões têm esse papel, elas têm essa responsabilidade de fiscalizar. O vereador tem a responsabilidade de fiscalizar, sim senhor, independente de denúncia. Porque, vamos ser sinceros, denúncia vai chover aqui toda hora. O meu, e eu tenho certeza que o dos vereadores também, o meu e-mail da Casa é recheado de denúncia e elas são transformadas aqui em voz, que muitas das vezes que eu falei aqui, eu falei em nome da população que me cobrou. Então, é aquela velha história, eu não vou... Eu acredito muito piamente, vereador Flávio, na seriedade da condução da CPI que eu gostaria até de ter feito parte, mas fui tolhido desse direito. Então, eu respeito e foi por isso que eu votei contra. Não estou querendo mascarar nada não. Se tiver errado que... Quem tiver errado que pague pelos seus erros. Agora, fazer política para cima de mim não vai, isso eu já falei e pronto, acabou”. O vereador Gilson Antônio Marques: “fui citado, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “vou falar pouco e espero não precisar falar mais durante essa noite. O senhor disse que eu mesmo fui um que, diversas vezes, pedi dispensa de interstício. Quando eu mostrei o papel da Comissão nesta Casa, esta noite, eu não disse que eu nunca fiz isso e nem disse que todas as vezes que foram pedidas dispensa de interstício nesta Casa quer dizer que significa que o projeto foi votado errado não. Eu não disse isso. Eu disse que as Comissões existem para analisar profundamente o projeto, para que pudéssemos e possamos votar com sabedoria do que estamos votando. Então, não é aceitável dizer que o que nós votamos nesta Casa,



votamos sem saber. É apenas isso que eu disse. Apenas isso. Agora, quando pedi dispensa de interstícios, creio eu que devo ter pedido com a consciência como também posso ter errado. O que eu estou chamando é parte da responsabilidade para cima desta Casa porque ela existe, ainda que muitos insistam em dizer que não. Quando tá tudo muito bonito, todo mundo é lindo e tem os olhos azuis, quando a coisa começa a ficar feia, os olhos de todo mundo ficam escuros. Isso não está certo. Ele tá errado? Tá. Em muitas coisas. Aqui tem dois vereadores, eu não vou citar nome para não alongar, mas que presenciaram uma discussão ferrenha minha com ele quando falava do transporte que ele assinava a nota três vezes mais o valor do que era real e eu mostrei a ele e ele insistiu em dizer que não. As pessoas que estavam na porta do gabinete acharam que eu estava pegando no tapa com ele, mostrando para ele o erro e ele não ouviu. Então, que ele é cabeça dura, ele é. Que ele errou muito, ele errou. Mas que nós demos ferramenta para ele, nós demos. Isso eu não vou retirar nem aqui e nem na China. Boa noite”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente”. O vereador Nélcio Aurélio de Souza: “questão de ordem”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu gostaria só que o senhor registrasse em Ata uma pergunta para a Assessoria Parlamentar. Foi dito aqui sobre aprovação nesta Casa da Lei de Diretrizes Orçamentárias, eu gostaria que fosse constatado em Ata uma pergunta minha à Assessoria Parlamentar, se esta lei já foi sancionada?”. Eu quero saber isso. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “eu pediria ao Dr. Diego para verificar, com urgência, a solicitação do vereador Leci Campos. Antes de passar a palavra para o vereador Silvânio, eu quero dizer que eu duvido que tenha nesses vinte e dois anos um vereador que, pode ter até igual, mas mais do que eu em denúncias, há vinte e dois anos que eu denuncio, não é de agora. Então, quero dizer também que com relação àquele erro gritante da aprovação do Orçamento de setecentos



milhões não vai acontecer. Eu quero dizer que eu... O prefeito mandou para esse ano um Orçamento de 540 milhões e eu solicitei, como Presidente desta Casa, que passasse para 440 milhões e foi aprovado. Com a palavra o vereador Silvânio Aguiar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu respeito às falas dos nobres colegas e respeito muito, ainda que eu não concorde porque eu não posso concordar. É uma incoerência muito grande o vereador dizer que fez várias denúncias e quando é para esta Casa apurar as denúncias ele vota contra a apuração, afinal de contas... Afinal de contas, Senhor Presidente, nós não estamos aqui cassando o prefeito não. O prefeito tem todo o direito de se defender. Estas denúncias quem fez foi um cidadão, aí vem dizendo que tem uma armação política? Acho que tem mesmo. Eu acho que tem uma armação política muito grande aqui mesmo quando eu vejo pares que no momento estava numa articulação contrária à nossa, defender que não se faça investigação dentro dessa Casa. Deve ter sim. O vereador que falou que tem uma articulação política aqui, eu acho que ele falou com muita propriedade por conhecer do processo. Ele falou com muita propriedade porque tem uma articulação política sim e isso é muito ruim. Olha, Senhor Presidente, existe um princípio legal que todo vereador devia saber, e eu acredito que a maioria sabe, que é o princípio do poder dever. Eu não tenho só o poder de fazer uma investigação, não é isso que o povo espera de mim não. O povo espera que eu faça esta investigação. E aí, para quem falou que nós fizemos denúncias, várias das denúncias que estão aqui eu fiz dentro dessa Casa. Eu fiz com o prefeito sentado na cadeira, na mesa dele e o prefeito se ele não achou que tinha que pesquisar, que investigar, que dar uma resposta para a sociedade é sinal que ele está dando pra gente o motivo para fazer isso de uma forma legal, que não seja só uma conversa com ele lá. E eu vou dizer mais uma coisa, Senhor Presidente, quando falam aí da mea-culpa, quando admitem a mea-



culpa, nós não vamos ser julgados não é pelo prefeito, nós não vamos ser julgados pelo Presidente da Casa. Cada vereador que está aqui hoje, cada cidadão de Nova Lima que nesse momento está assistindo a televisão vai fazer o julgamento da mea-culpa, porque se estão fazendo a mea-culpa, se votaram errado aqui, a população com toda certeza não vai perdoar, Senhor Presidente, a população não vai perdoar. Então, quem está falando em mea-culpa aqui, que votou, que é isso, que é aquilo, ele tem que dar explicação é para a população nova-limense porque se votou errado e depois não quer fiscalizar o que fez de errado, a população com toda certeza tem, não só o direito, mas o dever de nas urnas mostrar quem fez certo e quem fez errado dentro dessa Casa. Muito obrigado, Senhor Presidente”. O vereador Nélcio Aurélio de Souza: “questão de ordem, questão de ordem”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Presidente”. O vereador Nélcio Aurélio de Souza: “eu já pedi há tempos”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer para vocês para vocês entenderem se tivesse mais um voto a favor do prefeito a gente teria perdido porque exigia nesse processo sete votos. Foi sete a três. Raspou na trave”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Presidente, Presidente”. O vereador Nélcio Aurélio de Souza: “questão de ordem”. O Senhor Presidente: “questão de ordem, o vereador Nélcio Aurélio que pediu primeiro”. O vereador Nélcio Aurélio de Souza: “eu queria só deixar bem claro que tudo que se investiga, para mim é... O direito do contraditório todo cidadão tem e vai ter a defesa o prefeito de fazer a defesa nessa CPI aí que supostamente está sendo criada. Tudo que é para investigar eu nunca neguei nessa Casa, acho que está certo. Eu me lembro, eu não sei, o vereador André se falou ali em um momento, que ele disse que nós teríamos que ter culpa e não estava acusando ninguém. Nós temos que ter a tranquilidade para não trazer o problema político para dentro dessa CPI. Ela tem que ser investigada com lisura, com lealdade e de acordo com a



Constituição Federal. Se tem, se deve, vai pagar. Não tem problema, que eu tenho certeza que esta Casa aqui não vai encobrir uma coisa que até na minha opinião fala-se de milhões de reais ali, como o vereador André, aliás, o vereador Silvânio leu. Eu lhe dou a palavra, um segundo”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “vereador Nélcio, obrigado pelo aparte. Eu já falei uma vez aqui na Casa e vou voltar a repetir: não adianta você tentar explicar quando do outro lado a pessoa já está decida a não entender. Eu não falei que sou contra se investigar, em momento algum. Aí, quem pensa... Todo mundo aqui defende o seu...”. O Senhor Presidente: “eu pediria silêncio”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “semana passada estava cheia a Casa aqui, aí eu falei ‘olha, vai ter probatório chorando porque se não votar o projeto vai mandar embora’. Aí teve gente que falou assim ‘por mim...’. Aí, depois foi e votou, cortou o probatório. É todo mundo puxando a sardinha para o... Eu entendo isso perfeitamente. Agora, deixa eu só concluir, em relação a isso, eu estou sendo bem claro, o que eu estou dizendo é o seguinte, você vai investigar uma coisa que já está sendo investigada. Qualquer pessoa que pensa entende que uma pessoa que é responsável pelas denúncias e que acredita que já está sendo investigada, não pode concordar que se abra outra CPI para investigar a mesma coisa. É o meu entendimento. Eu respeito... Eu só queria pedir ao Presidente que ele fizesse cumprir o Regimento porque a Casa tem que ter ordem para a gente fazer a reunião”. O Senhor Presidente: “vereador, eu estou pedindo ao povo, que é educado, silêncio. Já pedi cinco vezes, vamos colaborar”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “mas existem regras e existem leis nesta Casa”. O Senhor Presidente: “a gente é democrático, para prosseguir e para o pessoal entender, ouvir, se fizerem barulho, pronunciarem, atrapalha o vereador, seja qual for o vereador. Eu pediria silêncio”. O vereador André Luiz Vieira



da Silva: “vereador Nélío, eu devolvo a palavra para o senhor. Obrigado”. O vereador Nélío Aurélio de Souza: “obrigado, vereador, agradeço. Concluindo só o que eu estava dizendo, eu sou a favor de investigar é tudo, não é pouca coisa não. O que tiver que vim da rua põe para dentro e vamos investigar. Só para me conscientizar aqui, Presidente, o senhor vai fazer sorteio dessa Comissão na investigação?”. O Senhor Presidente: “sim senhor”. O vereador Nélío Aurélio de Souza: “de acordo com a Constituição Federal?”. O Senhor Presidente: “de acordo, sim senhor”. O vereador Nélío Aurélio de Souza: “ou o senhor vai fazer como o senhor nomeou as outras e deixou nós de fora?”. O Senhor Presidente: “vereador, o senhor deveria me respeitar”. O vereador Nélío Aurélio de Souza: “eu lhe fiz uma pergunta somente, nada mais. Eu não quero discutir”. O Senhor Presidente: “não. É uma pergunta maldosa...”. O vereador Nélío Aurélio de Souza: “não. Não é maldosa não porque o senhor não cumpriu o Regimento da Casa”. O Senhor Presidente: “o senhor espera a reunião prosseguir...”. O vereador Nélío Aurélio de Souza: “e eu estou com medo do senhor não cumprir agora. E pela Constituição Federal, ela tem que ser sorteada, por isso que eu estou perguntando”. O Senhor Presidente: “o senhor já terminou?”. O vereador Nélío Aurélio de Souza: “terminei e se o senhor citar meu nome eu quero ter a réplica”. O Senhor Presidente: “não vou citar. Houve sim, atropelamento o tempo todo no passado do Regimento Interno nessa Casa. Eu procuro seguir as leis. Tem vinte e dois anos que eu sigo as leis e não é nesse momento que eu vou atropelar. E quero dizer que foi citado aqui que é uma CPI, é uma Comissão Processante Especial. Estão enganados os relatos que é uma CPI. Ainda não é uma CPI”. O vereador Nélío Aurélio de Souza: “não tem problema, tem que ser sorteio”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, pela ordem”. O Senhor Presidente: “com a palavra... Eu pediria ao senhor que o senhor aguardasse a vez



do senhor, o senhor está atropelando. Com a palavra o vereador Alessandro Bonifácio”.

O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Presidente, senhores vereadores, boa noite. Senhor Presidente, o meu é rápido, é só para justificar o meu voto, o meu voto é a favor da denúncia. Obrigado, boa noite”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, pela ordem. Boa noite, nobres vereadores. Boa noite, público que compõe nossas galerias. Eu só lamento nós não fazermos conseguir chegar lá no Senado Federal milhões e milhões de denúncias do atual governo desse nosso país. E gostaria de dizer também que é muito bom eu estar aqui como médico para cuidar de vocês porque hoje os ânimos estão muito exaltados”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “haja coração”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “gente, eu penso o seguinte: denúncias... Um minuto de silêncio, por favor. Denúncias, sejam pequenas denúncias mais simples que forem feitas, eu acho que denúncias devem ser apuradas. Qualquer denúncia que chegar aqui nesta Casa Legislativa, pode contar com o meu voto. E eu tenho certeza que o Poder Executivo também compactua com esta ideia. Eu acho que cabe a nós, vereadores, investigarmos. A nossa função é essa, nós somos fiscais. Portanto, eu quero deixar bem claro aqui, eu até hoje estou observando aqui, pude observar que ainda falta mais de um ano para as eleições de dois mil e dezesseis e já estou podendo enxergar muito bem, que é a minha área, algumas desavenças em relação a partidos. Eu acho que isso no momento não seria muito bom. Eu acho que é o momento de nós nos unirmos e, sim, juntos preocuparmos em achar uma solução para ajudar o Executivo a tirar nossa cidade da lama, do fundo do poço. Muito obrigado, boa noite”. O Senhor Presidente: “assim, ante a aprovação plenária, passaremos agora à constituição da Comissão Processante, que deverá ser composta por três vereadores a serem sorteados. Peço aos senhores vereadores que, por favor, aguardem a leitura das regras abaixo para somente



depois, caso queiram, se manifestarem. Alguns fatos devem ser observados: nos termos do artigo 78 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa combinado com artigo 273 do Regimento Interno desta Casa, os membros da Mesa não poderão participar da Comissão Processante. O artigo 94 do Regimento Interno desta Casa determina a participação proporcional em comissões. Estando a Mesa impedida e havendo garantia à participação dos partidos minoritários, tem-se que o vereador Alessandro Luiz Bonifácio automaticamente participará da Comissão Processante em formação. Assim, haverá, nos termos do artigo 5º, inciso 2 do Decreto 201/67, sorteio para escolha dos demais membros”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu não terminei. No mesmo condão da proporcionalidade haverá sorteio entre os vereadores Nélcio Aurélio de Souza, Maria Ângela Dias Lima Pereira e Flávio de Almeida, partidários coligados. Consulto os citados vereadores para alegarem impedimento ou vontade de participar do sorteio, vereador Nélcio, Maria Ângela Dias Lima e Flávio de Almeida”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “deixa eu terminar”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “o senhor como Presidente, o senhor é do Democrata; está certo? O senhor é Presidente da Casa, o senhor não pode participar; está certo? Então, automaticamente, eu sou minoria aqui em baixo. Eu estou falando com o senhor, Senhor Presidente. Entendeu? O senhor é Presidente da Casa...”. O vereador Flávio de Almeida: “não é minoria não”. O Senhor Presidente: “pode continuar. O senhor terminou, vereador? Eu quero falar... Vereador Fausto, nós somos dois vereadores na Casa do DEM... É por isso que eu pedi para deixar eu prosseguir. Repito: consulto os senhores vereadores citados para alegarem impedimento ou a vontade em participar do sorteio, vereador Nélcio Aurélio, Maria Ângela Dias Lima Pereira e Flávio de Almeida. Eu gostaria... Passaremos agora ao



sorteio. Nessa caixa serão colocados os nomes dos vereadores Nélio Aurélio de Souza, Maria Ângela Dias Lima Pereira e Flávio de Almeida. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Ângela, o seu nome; tá? Pessoal, o nome da Ângela; tá?”. O Senhor Presidente: “eu pediria silêncio para o sorteio, gente, senão ninguém entende nada aqui. Por favor”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador Flávio, seu nome. E vereador Nélio Aurélio, seu nome”. O Senhor Presidente: “dos três vai tirar um sorteado. Solicito à servidora Rúbia Tofaneli que proceda ao sorteio. Solicito à servidora que abra a cédula sorteada e leia o nome”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereadora Ângela Lima”. O Senhor Presidente: “atenção, o segundo membro a participar da Comissão Processante a apurar as denúncias em desfavor do prefeito do município de Nova Lima é Maria Ângela. No mesmo condão da proporcionalidade haverá Gilson Marques, Leci Alves Campos e Fausto Niquini, igualmente partidários coligados”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, o vereador Gilson não se encontra no plenário”. O Senhor Presidente: “como o vereador Gilson Marques... Eu não sei se ele vai concordar ou não, ele, então, não vai participar do sorteio. Consulto... Deixa eu dar uma explicação para vocês. Não é difícil não senhor. Vai ter o segundo sorteio para o segundo membro. O primeiro já foi sorteado. O Coxinha, automaticamente, é o único vereador do partido, ele já está automaticamente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “bom, o senhor me permite, Senhor Presidente?”. O Senhor Presidente: “Gilson Marques está fora do sorteio”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, não”. O Senhor Presidente: “Leci Alves Campos e Fausto Niquini”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu vou aceitar a sugestão do vereador Silvânio, nós vamos colocar o nome do vereador Gilson para o sorteio, se caso ele for sorteado, ele será eliminado e voltarão com os dois nomes”. O vereador Silvânio Aguiar



Silva: “vereador Gilson Marques, vereador Leci Campos e vereador Fausto Niquini”. O Senhor Presidente: “sorteio do segundo membro pela nossa funcionária”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “saiu o vereador Gilson Marques”. O Senhor Presidente: “faremos novamente o sorteio de dois membros. Eu pediria silêncio. Leci Alves Campos”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador Leci Campos”. O Senhor Presidente: “sorteados os vereadores integrantes da Comissão Processante, suspendo os trabalhos por cinco minutos para que os membros da Comissão Processante escolham entre si os nomes do Presidente, Relator e Sub-Relator. Está suspensa por cinco minutos”. Decorrido o tempo, o Senhor Presidente reabriu os trabalhos e anunciou: “Presidente: Alessandro Bonifácio, Relatora: Ângela Lima, Sub-Relator: Leci Alves Campos. Alerto os membros quanto ao teor do artigo 5º do Decreto 201, que fixa o prazo de cinco dias para a notificação do denunciado, remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruem. Prosseguindo a leitura de correspondências, comunico que...”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, questão de ordem, como Presidente. Como o prazo é curto, já estou marcando amanhã uma reunião, às dezesseis horas com a Comissão. Quero também passar para...”. O vereador Leci Alves Campos: “questão de ordem. Coxinha, amanhã tem oitiva da CPI”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “então, amanhã, oito horas da manhã. Eu quero o mais rápido possível”. O Senhor Presidente: “a presidência vai marcar, vereador, tem o prazo”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “sou eu que marco, eu sou o Presidente”. O Senhor Presidente: “sim, mas tem que olhar o prazo. O senhor sabe qual é o prazo?”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não são cinco dias para apurar não?”. O Senhor Presidente: “amanhã, nós vamos... A gente senta, nós sentamos”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não, o mais rápido, é”. O Senhor Presidente:



“prossequindo a leitura de correspondências, comunico que a Mensagem nº 17/2015 que cuida da extinção de “cinco Secretarias Municipais e quatro Coordenadorias, bem como, em decorrência, reduzir o quadro das empresas terceirizadas e da frota de veículos contratados que servem às unidades administrativas” foi devolvida nesta data ao Executivo, pois se trata do projeto que tem por finalidade gerar recursos ao qual não foi anexada nenhuma planilha, nenhum cálculo ou demonstrativo de despesas, gastos e eventual economia que a medida produzirá, o que é indispensável ao projeto. Então, esse projeto nós devolvemos para o prefeito na data de hoje”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente. A Casa aqui devolveu o projeto que o Executivo mandou para cá que era o projeto extinguindo as Secretarias, é isso?”. O Senhor Presidente: “sim, senhor”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “está ok”. O Senhor Presidente: “eu quero frisar que o projeto veio irregular, por isso a Câmara devolveu ao senhor prefeito nessa data”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. A devolução do projeto é para ser adequado?”. O Senhor Presidente: “para ser adequado”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “certo, obrigada”. O Senhor Presidente: “e o prefeito tem autonomia... Eu consultei a Doutora aqui, ele tem autonomia para fazer por Decreto também”. Prossequindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura do Parecer da Comissão de Direitos Humanos referente ao Projeto de Lei nº 1.531/2015, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Senhor Secretário: “... o Vice-Presidente Nélio Aurélio não assinou o documento”. O Senhor Presidente: “eu gostaria que o Senhor Secretário lesse uma correspondência do vereador José Guedes”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “Senhor Presidente, eu tenho



uma emenda para fazer nesse projeto do Conselho Tutelar. Na votação, não é? Está ok”.

O Senhor Presidente: “ele foi somente lido nesta noite”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “e tenho também uma curiosidade porque o vereador Nélcio renunciou ao cargo e já reiterou isso, por isso que ele está... Eu gostaria até de saber quem é que está ocupando o cargo dele”. O Senhor Presidente: “eu vou pedir o Plenário... Concordarem com a leitura desta correspondência que eu acho muito interessante porque, às vezes, ficam colocando culpa na Câmara. Eu sempre defendi a Câmara, é um órgão que eu participo, então, eu não acho justo a Câmara pagar por erro de terceiros. Então, eu pediria, aqueles que concordarem com a leitura da minha correspondência permaneçam como estão. Aprovado por oito dez votos”. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência mencionada: “Na sexta-feira, o prefeito Cassinho mandou publicar no Diário Oficial mais de cem demissões de funcionários concursados que estavam em estágio probatório. São pessoas que passaram em concurso público e entraram na Prefeitura pela porta da frente. Três dias antes, esta Casa havia rejeitado, por unanimidade, um projeto de lei enviado pelo Prefeito que cortava benefício dos servidores concursados, demonstrando que não concordávamos que ele mexesse com os funcionários efetivos. Com a reprovação do projeto, a Câmara deixou claro que, antes de cortar benefícios e demitir concursados, era necessário que se esgotasse todas as alternativas. Antes de mexer com concursados, o Prefeito deveria reduzir salários de seus apadrinhados e, se mesmo assim não resolvesse, ele deveria demitir os apadrinhados. Mas, numa atitude covarde, o Prefeito Cassinho demitiu concursados de baixos salários e deixou os seus protegidos tranquilos em seus cargos. Mais uma prova que o prefeito não tem compromisso com Nova Lima e só se preocupa com ele e com a turma dele. Para finalizar, gostaria de parabenizar o Ministério Público, na pessoa da



Dra. Ivana Andrade, que entrou com uma ação cautelar contra o Prefeito para anular este ato insensato e garantir o emprego dos funcionários concursados. Já que a Prefeitura não age corretamente com o servidor, a Câmara Municipal e o Ministério Público trabalham para consertar os desmandos do Prefeito. Contem conosco. Muito obrigado. Assinou o vereador José Geraldo Guedes, Presidente da Casa”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “senhor vereador, o senhor acabou de ler a correspondência, ela é endereçada a quem? Porque não tem endereçamento a correspondência”. O Senhor Presidente: “ao prefeito”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “é porque não tem endereçamento; está certo?”. O Senhor Presidente: “não; foi ao prefeito. Eu citei o nome do prefeito. Eu pediria silêncio. Segunda parte, discussão e votação de projetos: inexistente. Em votação, em discussão os requerimentos apresentados nesta noite”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “Senhor Presidente, desculpa, eu não entendi, o senhor falou em discussão, em votação, sobre o que?”. O Senhor Presidente: “será em discussão, em votação, vai ser lido, será lido”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, é uma correspondência, uma moção de repúdio do Partido dos Trabalhadores”. O Senhor Presidente: “moção do Partido dos Trabalhadores, PT”. O Senhor Secretário proferiu leitura: “Moção de Repúdio. O Partido dos Trabalhadores através de seu Diretório vem externar manifestações de repúdio à líder do governo na Câmara Municipal de Nova Lima, vereadora Ângela Lima, por assédio moral aos funcionários da Assessoria de Políticas Públicas, bem como aos funcionários das Coordenadorias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Políticas de Juventude, Políticas de Diversidade Sexual, da Pessoa com Deficiência e Orçamento Participativo, instaladas no prédio sito à Rua Antônio Serafim da Silveira, número 50, no Bairro Matadouro. Dos fatos: Na manhã do dia de



agosto de 2015, a vereadora e líder do governo Ângela Lima adentrou as dependências da Assessoria Especial de Políticas Públicas e pela segunda vez em atitude desrespeitosa dirigiu-se aos funcionários aos gritos, proferindo impropérios e fazendo acusações infundadas. Nesse momento foi recebida pela Assessora Especial Gláucia Leão que a interpelou acerca de tal atitude, desconhecendo a autoridade que à senhora Gláucia foi imputada pelo cargo que ocupava, a vereadora continuou sua atitude desrespeitosa adentrando a sala de reuniões, onde estava reunido o Fórum Municipal de Educação, do qual a vereadora faz parte. Já reunida com os membros do Fórum, dos quais fazem parte funcionários das Coordenadorias de Igualdade Racial e da Pessoa com Deficiência, a vereadora continuou em tom exaltado explanando para os membros do Fórum, como se fosse natural desrespeitar e desacatar funcionários públicos em seu local de trabalho, sua atitude para com os funcionários antes de entrar na sala, dizendo coisas do tipo: ‘eu achei que isso aqui já tinha acabado’, ‘sou contra isso aqui’, modo esse, no nosso entender, desrespeitoso de se dirigir à Assessoria e às Coordenadorias, bem como aos que ali atuam na elaboração e execução de políticas sérias para a grande maioria da população nova-limense. Ao sair da sala de reuniões, a vereadora foi interpelada por todos os funcionários daquele local, uma vez que os mesmos se sentiram violados em sua dignidade enquanto funcionários públicos e é do conhecimento de todos que quando não lutamos por nossos direitos perdemos a dignidade, e dignidade não se negocia. Embora nesse momento, tenha se mostrado aparentemente mais calma, mediante a garra dos funcionários em enfrentar sua atitude opressora, a líder do governo continuou demonstrando descontrole emocional e desconsideração para com o trabalho ali realizado, diante do que reiteramos nosso profundo pesar. Esclarecemos que os funcionários agredidos verbalmente sempre



mantiveram em relação à vereadora Ângela Lima uma atitude respeitosa, não sendo, portanto, aceitável tal atitude de desrespeito e desconsideração, lembrando que a mesma fora recorrente. Entendemos que todas as pessoas são livres para se expressarem, porém, eis nossas indagações: é respeitoso chegar ao local de trabalho de alguém, chamando-os de ninguém ou dizendo que não se sabe o que ainda estão fazendo ali? É com essa mesma educação que uma líder de governo recebe o povo que a elegeu em sua casa, que nesse contexto é a Câmara dos Vereadores? Será que a vereadora em questão gostaria de ser tratada da mesma forma, ou seja, que fôssemos ao seu gabinete e perguntássemos o que ela ainda faz lá, afirmando que seu gabinete é responsável por onerar o município, enquanto funcionários estão sendo demitidos? Seria ético? Seria respeitoso? Considerando que milhares de trabalhadores estão indo às ruas manifestar seu pesar sobre demissões e redução de benefícios outrora conquistados ao longo de vários esforços e renúncias pessoais para prestarem um serviço de qualidade à população; Considerando que o Partido dos Trabalhadores em nota pública se colocou à disposição e ao lado dos trabalhadores seguindo orientação do manifesto de fundação do partido de 1980. Considerando que todo e qualquer ato autoritário de assédio moral deve ser combatido e enfrentado; Considerando que alguns aspectos são essenciais na identificação do ato de assédio moral como: regularidade dos ataques, tendo o mesmo ato realizado pela vereadora por duas vezes; Considerando que a vereadora em questão é Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Direitos Humanos; Considerando que o momento atual requer equilíbrio, controle e preparo dos agentes políticos, nos causa certo desconforto saber e constatar que a líder do governo não apresenta tais requisitos que são mínimos para alguém que represente a Administração Municipal. Diante do exposto, fica a nossa manifestação de repúdio à vereadora e líder do governo Ângela



Lima, alertando que a atitude da mesma se configura em infração penal prevista no artigo 331 que versa sobre desacato de funcionário público no exercício de sua função e que ainda tem pena de detenção prevista de seis meses a dois anos. Assinou o Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Nova Lima”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “quem que assina, vereador?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “o Diretório do Partido”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não tem nome? O Diretório não tem pessoas?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereadora, o Diretório do Partido tem a assinatura do Presidente do Partido. Esta carta eu já havia falado com a senhora, ela passou pelo Diretório do Partido...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “pois é, mas o Presidente assinou?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “e foi discutida...”. O Senhor Presidente: “o senhor podia citar o nome do Presidente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, não tem. Tem Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “quero saber se o Presidente assinou pelo Diretório”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, não assinou pelo Diretório e nem poderia assinar pelo Diretório. O Diretório é um órgão, é uma instância do Partido que delibera sobre essas questões”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eles esqueceram de colocar aí que as duas vezes que eu estive lá na casa para reunião, eu não fui para adentrar à casa para poder fazer nada de extraordinário, mas eu tive a minha obrigação enquanto lá de fiscalizar porque a maioria dos funcionários estava do lado de fora das salas, tomando sol e tomando café. Eu vou querer...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereadora, a senhora sabe do respeito que eu tenho... Só um minuto, vereadora, a senhora sabe do respeito que eu tenho pela senhora. Eu vou só devolver a palavra para o Presidente porque eu estava só fazendo a leitura e aí não tem problema. Mas a senhora sabe do respeito que eu tenho pela senhora



e pelo trabalho que a senhora desenvolve”. O Senhor Presidente: “é uma correspondência, a senhora tem total direito de defesa, mas vamos não abrir procedimentos aqui inadequados. Você já pensou todas...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não, eu só quero receber”. O Senhor Presidente: “todas as semanas em reuniões aqui ficar rebatendo. A senhora tem o direito, a senhora inscreva na próxima reunião no Grande Expediente, a senhora terá a sua defesa”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “ah, Senhor Presidente, aí não, Senhor Presidente. O senhor tem a obrigação de deixar ela responder”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “espera aí, eu fui citada, foi lida uma moção de repúdio. Espera aí, Senhor Presidente, eu não tenho que esperar a próxima reunião para poder falar não. O senhor está atropelando o Regimento, eu posso falar”. O Senhor Presidente: “vereadora, me dá licença? A senhora que atropelou, a senhora tem que esperar o momento que eu, Presidente, colocar em discussão. A senhora já começou debater com o vereador, o Secretário. A senhora espera o momento, se a senhora não quiser inscrever na próxima, a senhora tem todo o direito. Em discussão a moção de repúdio do Partido dos Trabalhadores, PT. Agora a senhora tem todo o direito”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu gostaria de ter uma cópia porque lamento profundamente que o Partido dos Trabalhadores, o qual eu servi com seriedade e dignidade durante oito anos, frente à Secretaria Municipal de Educação, me faça uma moção de repúdio desse jeito. Um Partido dos Trabalhadores que eu estou respondendo no Fórum criminalmente por problemas dessa administração anterior, eu estou respondendo criminalmente. Um partido que eu servi com seriedade, que defendi durante oito anos e a Secretaria de Educação foi responsável pela reeleição dele e pela eleição do atual prefeito, usando tudo que nós conseguimos através da Secretaria Municipal de Educação, que não fiz



sozinha, que fiz com um grupo de profissionais competentes, de professores competentes, de supervisores competentes, eu não fiz sozinha. E eu estava no meu direito de fiscalizar e eu não perguntei se aquilo ali já tinha acabado, a única coisa que eu perguntei lá na hora foi se essa casa ainda não tinha sido devolvida dentro dos dezoito imóveis que nos cobramos aqui, nós cobramos aqui insistentemente para o prefeito devolver os imóveis; foi isso é que eu perguntei lá. O que eu falei lá eu não tiro nenhuma palavra, nenhuma vírgula porque eu não desrespeitei ninguém, eu falei o que eu vi. E não foi ninguém que me contou não, eu vi, e vi por duas vezes, salas vazias, sem ninguém lá dentro, somente com a bolsa encima da mesa, quando nós estamos passando por um momento difícil na prefeitura, as salas vazias, os profissionais...”. O Senhor Presidente: “vereadora, um momento, não tem quórum”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu estou falando, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “não tem quórum, vereadora. A senhora está muito nervosa”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não, eu não estou nervosa não. Não estou nervosa”. O Senhor Presidente: “por falta de quórum está encerrada a reunião. A reunião está encerrada infelizmente. Isso aí... Quero dizer para vocês... O vereador voltou, nós vamos prosseguir. Com a palavra, a senhora pode dar continuidade”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu gostaria que o senhor passasse para mim essa correspondência”. O Senhor Presidente: “eu pediria à secretária...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “porque se eles estão achando que foi assédio moral, maior é esse aí que eles estão fazendo aqui. Maior assédio moral é esse aí, usando de uma tribuna para denegrir a minha imagem. Mas o que eu fiz pela Educação do município de Nova Lima ninguém tira. O que eu cobre, o que eu vi lá, eu fui lá e vi. Não tem nada de mentira aí que eles estão falando não, nada de mentira não, falei sim. Falei porque é



uma vergonha o que eu vi lá na casa, uma vergonha, funcionários não trabalhando. É tanto que o Sindicato pediu ao prefeito que diminuísse Secretarias e diminuísse Coordenadorias, eles pediram isso à-toa? Eles pediram simplesmente porque queriam que diminuísse alguma coisa? Não. Eles pediram porque eles sabiam o que funciona e o que não funciona. Não fui eu que pedi para acabar com Coordenadorias não. Não fui eu que pedi para acabar com Secretarias não. Foi um pedido do Sindicato, que o prefeito diminuísse o número de Secretarias, que o prefeito diminuísse com as Coordenadorias. Não foi eu que pedi não. E isso aí, o que a gente vê, é todo mundo falando sobre isso no município de Nova Lima, funcionários que não trabalham e continuam lá. O que eu cobrei foi isso, Senhor Presidente. O que eu cobrei foi o que eu vi lá. Mas isso, Senhor Presidente, em momento algum, me diminui, em momento algum, vai fazer com que eu diminua o meu trabalho, o meu trabalho sério aqui no município de Nova Lima, isso não vai me diminuir em nada. Agora, a gente tem que preocupar é com os processos criminais que estão lá no Fórum para serem julgados, aí sim nós temos que preocupar com os processos criminais que estão...”. O Senhor Presidente: “vereadora, a senhora podia falar na pauta”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu quero uma cópia. Eu estou na pauta, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “não está não”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “estou na pauta. Eu quero uma cópia dessa moção de repúdio, eu quero uma cópia dela porque aí sim nós vamos verificar se realmente eu fiz a coisa errada ou não, aí nós vamos ver se eu fiz ou não errado. Obrigada”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu gostaria, primeiro aqui por uma questão regimental, como sou líder do partido e, realmente, a vereadora tem razão no que ela está colocando porque assinou aqui o Diretório e eu acho que realmente não seria interessante que se votasse uma moção que é do Diretório. Dessa



forma, como participei da reunião, eu estou assinando a autoria, enquanto líder do partido, para a moção de repúdio. Eu, vereadora, fui um dos que quando a senhora fala assim dos alugueis, antes mesmo do Ministério Público pedir, antes mesmo do Sindicato pedir, eu fui um dos que sempre defendi esse tanto de casa alugada em Nova Lima. E aí vereadora, eu sou obrigado, eu sou partidário, eu participei da reunião em que colocaram esse relato lá. O fato de Nova Lima ter muita casa alugada não me dá, nem como vereador, nem como cidadão dessa cidade, nem como homem que tem o dever de cobrar as políticas públicas com melhor qualidade, isso realmente não me dá o direito de chegar lá e dizer, o que não sou eu que estou dizendo, e dizer o que os funcionários que estavam naquela casa naquele momento disseram. Então, mais uma vez, eu reitero o respeito, a consideração, o entendimento que o passado da senhora, inclusive, falei isso em alguns momentos com a senhora, o entendimento do passado e da contribuição que a senhora deu para as políticas públicas, não só ligadas à Educação, mas para as políticas públicas de todas as formas e maneiras existentes no município. Mas eu concordo com o meu partido, se de fato houve os fatos, que realmente isso não dá direito para vereador nenhum chegar e falar as palavras como foram ditas aqui, mas me dá o direito mais uma vez. E eu gostaria muito que o prefeito tivesse ouvido, assim como a senhora fala na casa do Matadouro, que tivesse ouvido todas as outras casas que foram alugadas, as casas que estão fechadas. E eu tenho um cunhado que levei para o gabinete do prefeito e ele não tomou providência nenhuma. Casas fechadas do município, o povo pagando esse aluguel e o erário indo por água abaixo conforme tem aqui na nossa carta. Então, mais uma vez eu reitero o respeito, a consideração, o reconhecimento do passado da senhora com as políticas públicas de Nova Lima, mas não apoio de maneira nenhuma que nem a senhora, nem outro vereador daqui saia e vá



desacatar qualquer tipo de funcionário seja ele, aliás, qualquer ser humano, nós não temos direito de fazer isso. Muito obrigado, Senhor Presidente”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente. Vereadora Ângela, a senhora desacatou... A senhora provocou assédio moral, desacatou...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu não desacatei ninguém”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “esta denúncia procede?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu não desacatei ninguém, não procede, eu não desacatei ninguém. Eu fiz o meu papel de fiscalizadora. Fui ver o que estava lá acontecendo”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “deixa eu colocar aqui. Bem, eu não posso cometer injustiça de maneira nenhuma. Um tempo atrás nesta Casa houve uma denúncia contra o vereador Alessandro Coxinha sobre um fato ocorrido no hospital, aonde falaram que ele tinha agredido, que ele tinha feito, que ele tinha acontecido. Eu perguntei para ele, ele explicou, contou uma história e existiam duas versões, eu não estava presente, eu não podia confirmar nem que o hospital estava certo, nem o vereador Alessandro Coxinha. Como o vereador Alessandro Coxinha eu conheço e estava aqui, e não existia prova concreta contra ele, eu defendi com unhas e dentes o mandato, inclusive, do vereador Alessandro Coxinha, que tentaram tirar e chegaram até a tirar aqui em certa oportunidade. E defendi com unhas e dentes a ponto de virar a noite no Fórum em Itabirito para poder conseguir reestabelecer aqui o mandato dele. Eu não estava presente, então, eu não sei se isso... Isso é passível de entrar em votação? Porque está colocando em discussão, eu entendo que vai entrar em votação, mas está se votando o que? Eu não estou entendendo. Eu gostaria de entender”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, o senhor me permite?”. O Senhor Presidente: “ele assinou como membro do Partido dos Trabalhadores. Ele tem todo o direito. Se a assinatura...



Eu pediria licença”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “qualquer problema a gente resolve depois da reunião, agora é reunião”. O Senhor Presidente: “eu pediria licença. Ele tem todo direito de ir à votação pelo fato de o Silvânio ser um vereador do PT e ele assinou o documento”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “mas eu estou perguntando, Senhor Presidente, se é passível de votação, isso é que eu não sei, eu desconheço. Mas está se votando o que exatamente?”. O Senhor Presidente: “como?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “está se votando o que? O senhor como assinou agora, eu queria saber...”. O Senhor Presidente: “ele assinou a correspondência, ele tem todo direito”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “então, mas é para se votar o que? Eu confesso que não entendo”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “vai à votação pelo fato de ele ter assinado, se ele não tivesse assinado...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “Senhor Presidente, eu estou reconhecendo aqui que eu não sei e eu estou querendo uma explicação”. O Senhor Presidente: “o senhor me fez uma pergunta, eu estou respondendo. Se não houvesse a assinatura do vereador não poderia ir em votação, seria só leitura. Como ele assinou, ele tem todo direito da moção ir à votação”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu continuo sem resposta, mas tudo bem”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, o senhor me permite?”. O Senhor Presidente: “o senhor quer tumultuar a reunião. Eu dei a resposta correta”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “o senhor me permite, Senhor Presidente?”. O Senhor Presidente: “permito”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “vereador, o senhor me concede um aparte, eu vou lhe dar a fala”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “deixa eu só dar a resposta”. O Senhor Presidente: “a palavra está com ele, a palavra está com o vereador Silvânio Aguiar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador André, é uma



moção de repúdio. Nós vamos votar, se o Plenário concordar, uma moção de repúdio em face à ação da vereadora Ângela Lima, é uma moção de repúdio. Mas concedo para o senhor o aparte sim”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “essa moção de repúdio vai ser entregue a ela, é isso?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “exato, lógico”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “entendi”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “ela até já pediu a cópia”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “é, não; é isso”. O Senhor Presidente: “continua em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão”. O vereador Flávio de Almeida: “acabou a reunião”. O Senhor Presidente: “eu gostaria que vocês...”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, não tem quórum”. O Senhor Presidente: “eu gostaria que vocês vissem o tipo de vereador que tem aqui. Ele se retirou mais uma vez para não ter quórum. É do feitio desse vereador, ele não aceita derrota. Está terminada a reunião, culpa exclusiva do vereador André, terminada. É uma falta de respeito com vocês”. _____